DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 16 de setembro de 2024.

Edição 4252 | Páginas: 10

9ª LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA | 67º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
c) Deputado Neto Loureiro;
d) Deputado Jorge Everton;
e) Deputado Rárison Barbosa;
f) Deputado Coronel Chagas;
g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputada Aurelina Medeiros - Presidente;
b) Deputado Jorge Everton - Vice-Presidente;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
b) Deputada Angela Águida Portella – Vice -Presidente;
c) Deputado Armando Neto;
d) Deputado Marcos Jorge;
e) Deputado Isamar Júnior;
f) Deputada Aurelina Medeiros;
g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:
a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
b) Deputado Dr. Meton –Vice- Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
b) Deputado Neto Loureiro – Vice -Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Dr. Meton;
f) Deputado Gabriel Picanço;
g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputada Catarina Guerra - Presidente;
b) Deputado Marcelo Cabral - Vice- Presidente;
c) Deputado Jorge Everton;
d) Deputada Aurelina Medeiros;
e) Deputado Neto Loureiro;
f) Deputado Idázio da Perfil;
g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
c) Deputado Jorge Everton;
d) Deputado Renato Silva;
e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:
a) Deputado Armando Neto – Presidente;
b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputada Aurelina Medeiros;
e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon – Presidente;
b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Armando Neto;
e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:
a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
b) Deputado Rárison Barbosa – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcinho Belota;
d) Deputada Joilma Teodora;
e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:
a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
c) Deputado Odilon;
d) Deputada Angela Águida Portella;
e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciências, Técnologia e Inovação
a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Dr. Meton;
e) Deputado Armando Neto;
f) Deputado Chico Mozart;
g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva – Presidente;
b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Neto Loureiro;
e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputada Angela Águida Portella;
e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
c) Deputado Lucas Souza;
d) Deputada Tayla Peres;
e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
d) Deputado Isamar Júnior;
e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
c) Deputado Marcos Jorge;
d) Deputado Eder Lourinho;
e) Deputado Renato Silva;
f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
g) Deputado Coronel Chagas – 2º Suplente.

XXI – Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:
a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
c) Deputada Angela Águida Portella;
d) Deputado Soldado Sampaio;
e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:
a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Idázio da Perfil;
e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Mesa Diretora
- Edital de Convocação nº 003/2024 02

Superintendência Legislativa
- Republicação do Projeto de Lei nº 088/2023 02
- Ata da 39ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 03

Superintendência Administrativa
- Republicação do Extrato do Contrato nº 029/2024 10

Superintendência de Gestão de Pessoas
- Resoluções nº 5548 a 5550/2024 10

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Site: http://www.al.rr.leg.br
Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA
Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MESA DIRETORA

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2024
(art. 26 do Regimento Interno da ALE/RR)

Convocamos os Senhores Deputados que compõem a Mesa Diretora do Poder Legislativo do Estado de Roraima, nos termos do art. 26 do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis: **Marcelo Cabral,** 1º Vice Presidente**; Chico Mozart,** 2º Vice Presidente; **Eder Lourinho**, 3º Vice-Presidente**; Jorge Everton**, 1º Secretário; **Aurelina Medeiros**, 2ª Secretária; **Rarison Barbosa**, 3ª Secretário; **Odilon**, 4º Secretário; e **Renato Silva,** Corregedor, para reunião da Mesa Diretora, no dia 17 de setembro do corrente, às 8h e 30min., na sala de reuniões da Mesa Diretora, para tratar do Ofício nº 647/2024- CART/JECRIM, de autoria do Poder Judiciário de Roraima – Comarca de Boa Vista e Requerimento s/nº do Partido Republicanos/RR.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2024
Deputado Soldado Sampaio
Presidente da ALE/RR

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

PROJETOS DE LEI

== REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL ==
PROJETO DE LEI Nº 088/2023

Assegura ao aluno de família de baixa renda prioridade na matrícula em escola pública da rede estadual que tenha aderido ao Escolas Ensino integral.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica assegurada, ao aluno de família de baixa renda, prioridade na matrícula em escola pública da rede estadual que tenha aderido ao Ensino Integral.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se família de baixa renda aquela cuja renda per capita é inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo e a renda familiar é inferior a 3 (três) salários-mínimos.

Art. 3º O aluno de família de baixa renda, pessoalmente ou por seu representante legal, deverá comprovar que satisfaz os requisitos para a prioridade através da apresentação da inscrição no Cadastro União.

Art. 4º O direito à prioridade referida no artigo 1º será exigível em relação à escola mais próxima da residência do aluno ou mais próxima ao local de trabalho do responsável legal devendo tal fato ser comprovado no momento da matrícula.

Art. 5º Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber para garantir a sua execução

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das sessões, em 29 de março de 2023.
MARCELO CABRAL
Deputado Estadual
JUSTIFICATIVA

Um dos maiores desafios de cidadania num regime democrático é encontrar formas de diminuir as desigualdades sociais. Uma das causas da desigualdade social é a desigualdade de oportunidades no âmbito educacional. Se formos capazes de diminuir a desigualdade educacional, permitindo que crianças de baixa renda tenham prioridade naquilo que temos de melhor a oferecer em termos educacionais, estamos plantando a semente para a redução das desigualdades sociais no futuro.

Por tais razões é imprescindível que as louváveis iniciativas que comprovadamente representam um aumento de qualidade na educação sejam oferecidas prioritariamente àqueles que estão numa situação económica desfavorável.

Por tais razões peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto

Sala das Sessões, em 29 de março de 2023.
MARCELO CABRAL
Deputado Estadual

ATAS

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2024 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e quinze minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a trigésima nona Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos os presentes e aos que nos assistem pela TV Assembleia e Rádio Assembleia.

Solicito ao primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton –** Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Antes de solicitar a leitura da ata da sessão anterior, quero expressar a minha felicidade em receber todos os que estão aqui, em especial aos que estão nas galerias e aos que estão nos acompanhando através da rádio e da TV Assembleia, dizer que, esta é a primeira sessão de setembro, deputada Angela Águida Portella, mês em que desenvolvemos nesta Casa, a campanha Setembro Amarelo, de prevenção ao suicídio.

Eu quero conclamar a todos os deputados presentes que de alguma forma possam aderir a essa importante campanha do "Setembro Amarelo", pois nós estamos falando de prevenção ao suicídio que é uma realidade no nosso estado, no nosso país. O Brasil no ranking de suicídio chega a ocupar o sétimo ou oitavo lugar dentre as demais nações. Para termos uma ideia, em 2022, nós tivemos dezesseis mil suicídios no Brasil, infelizmente, Roraima está nessa estatística, e não podemos deixar de fazer a nossa parte enquanto Parlamento. E, temos feito isso, em especial implementado políticas públicas voltadas para a juventude, onde há uma maior incidência de suicídio.

Daí a importância das famílias, o pai, a mãe, a família de uma forma geral, acompanhar o dia a dia dos nossos adolescentes e mesmo dos adultos que entram numa fase de depressão, ou alguma doença mental. E, às vezes, para fugir da dor, encontra o suicídio como alternativa, então precisamos desenvolver campanhas. Estamos distribuindo um brochezinho do "Setembro Amarelo", peço que todos os deputados coloquem para aderir a nossa campanha, assim também estamos distribuindo um brinde voltado ao fortalecimento dessa campanha.

Eu quero conclamar os senhores deputados que possamos ser ainda mais sensíveis a essa causa, obrigada pela atenção e nós vamos discutir esse tema durante a sessão de hoje.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a Ata da Sessão anterior, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **- RECEBIDOS DO EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 55/2024, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei n. 081/2024, que altera e acresce dispositivos da Lei Ordinária n. 444, de 07 de junho de 2004, que dispõe sobre o pagamento do 13º salário do servidor público estadual no mês do aniversário e dá outras providências; Mensagem Governamental n. 56/2024, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei n. 027/2024, que dispõe sobre a implantação do Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no âmbito do estado de Roraima - PRA/RR e dá outras providências. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 219/2024, de autoria do deputado Chico Mozart, que "Altera a redação do inciso IX da Lei 059 de dezembro de 1993 que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual de Roraima, para instituir isenção de IPVA para veículos elétricos, híbridos, híbridos plug-in e a hidrogênio"; Projeto de Lei n. 220/2024, de autoria do deputado Armando Neto e da deputada Aurelina Medeiros, que "institui a Semana Estadual de Combate à Fome, à Miséria e à Desigualdade"; Projeto de Decreto Legislativo n. 68/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio e da deputada Aurelina Medeiros, referente a "sustação de contratos administrativos, celebrados entre o Governado do Estado de Roraima, por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a empresa Biosphere Projetos Ambientais S.A."**;** Indicações n. 358 e 359/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora; Indicação n. 360/2024**,** de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicação n. 361/2024, de autoria do deputado Dr. Meton; Pedido de Informação n. 43/2024, de autoria do deputado Armando Neto, que requer que seja encaminhado a Sua Excelência, a secretária de Estado da Saúde, Cecília Smith Lorenzon, questionamentos com relação à reforma do hospital estadual em Bonfim; Moção de Aplausos n. 35/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho, pelo "Dia do Psicólogo", a ser comemorado no dia 27 de agosto; Moção de Pesar n. 36/2024, de autoria do deputado Dr. Meton, pelo falecimento da médica Sra. Aline Portela Barros; Moção de Repúdio n. 37/2024, de autoria do deputado Renato Silva, a possível promoção funcional aos PMRR suspeitos de cometerem crimes graves; Requerimento n. 101/2024, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 012/2024, que requer a prorrogação de prazo por igual período para esta comissão; Requerimento n. 102/2024, de autoria da deputado Lucas Souza, que na qualidade de representante legal do Partido Liberal no estado de Roraima, pede reconsideração da decisão que indeferiu sua indicação como líder da bancada do referido partido nesta Assembleia Legislativa; Requerimento n. 103/2024, de autoria do deputado Lucas Souza, que trata a respeito da formação e dos trabalhos da Comissão Especial de Impeachment no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Memorando n. 027/2024**,** de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 27 de agosto do corrente ano; Memorando n. 056/2024**,** de autoria do deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 27 de agosto do corrente ano; Memorando n. 064/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 27 de agosto do corrente ano; Memorando n. 068/2024**,** de autoria da deputada Catarina Guerra, que apresenta pedido de reconsideração quanto à decisão proferida pela Presidência da Assembleia Legislativa de Roraima, relacionada à indicação de membro à composição da Comissão Especial a ser criada para emitir parecer sobre a denúncia por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor governador do Estado. **DIVERSOS:** Ofícios n**.** 21, 34 e 44/2024**,** de autoria da Seed, encaminhando informações referentes às Receitas e Despesas do Fundeb dos meses de maio, junho e julho de 2024; Ofício n. 510/2024, de autoria da Sefaz, em resposta ao Pedido de Informação n. 28/2024, do deputado Chico Mozart; ofício n. 56/2024**,** de autoria da Sesau, referente ao Ofício n. 040/2024 oriundo da Comissão de Saúde e Saneamento da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura do Expediente. Solicito ao primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Senhor Presidente, está inscrito apenas o deputado Jorge Everton.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra o senhor deputado Jorge Everton, com o tempo de até 60 minutos.

O Senhor deputado **Jorge Everton** – Quero dar bom dia a todos, cumprimentar em especial o presidente da Assembleia, deputado Soldado Sampaio, em seu nome os nossos colegas, todos que estão aqui trabalhando e acompanhando o trabalho da Assembleia Legislativa, você que nos acompanha de forma virtual, online ou pela TV Assembleia, meu bom dia.

Presidente, eu serei breve e já peço desculpa porque eu estou me recuperando de uma gripe, mas o assunto que me traz aqui é muito sério, eu não poderia deixar de vir até esta tribuna, pois estamos num processo eleitoral, eu tenho andado pelo interior visitando as bases, visitando os amigos, os parceiros e os candidatos que estão disputando a eleição aqui no estado de Roraima e nesse final de semana não foi diferente. No sábado, estive em Mucajaí e fiquei assustado com a denúncia que me foi trazida pela prefeita daquele município.

A prefeita Nega, ela é oposição ao governo do estado lá em Mucajaí e ela me apresentou uma denúncia com fotos, que eu irei, presidente, passar para Vossa Excelência a denúncia para que depois possa encaminhar para todos os colegas deputados, para que eles tenham conhecimento da gravidade dessa denúncia, isso aqui não é brincadeira, estão usando as viaturas da Polícia Militar para fazer campanha política no estado de Roraima e por azar do policial que bateu a fotografia saiu a foto do braço dele, da farda e as cores da viatura da PM na fotografia, ele não teve nem o cuidado de livrar o retrovisor.

Está tão acintoso, está tão descarado, usar a máquina pública aqui no estado de Roraima, que não há nenhum cuidado, nem o zelo de fazer algo de forma discreta, está aqui gente, mais uma vez, o governador cassado Antônio Denarium, que só coloca a culpa no Tribunal Superior Eleitoral, que está demorando para julgar o seu processo e facilita que esse

tipo de crime continue acontecendo aqui em Roraima, como aconteceu em Alto Alegre, como está acontecendo em Mucajaí, como aconteceu no Governo do Estado para que ele ganhasse a eleição, se não ele não tinha três processos de cassação por abuso de poder econômico e abuso de poder político.

Nós não podemos aceitar que uma instituição tão respeitada como a Polícia Militar seja usada para fazer politicagem, usando viatura pública, dinheiro público para intimidar e para propagar *fake news*, essas fotos foram tiradas com intuito de alegar que a prefeita não estava inaugurando as obras, mas essas placas, deputado Marcos Jorge, o próprio Ministério pede que não retire a placa mesmo após a inauguração para que fique registrado que aquela obra é do Governo Federal.

E, eles estão divulgando nos grupos políticos e, realmente é assustador vê que a briosa Polícia Militar está sendo utilizada naquele município para fazer esse trabalho sujo, antidemocrático. E, se fosse só em Mucajaí, eu fui até Iracema, participei de um almoço na casa de um amigo, que é candidato a vereador, o Jala, que apoiou o governador integralmente, como eu também o apoiei. E, o Jala foi chamado pelo secretário mais conhecido como bolinha para informar que a esposa dele estava sendo demitida, exonerada do Siretran de Iracema porque ela não apoia o candidato do governo, no município. Como assim? O Jala fez parte do mesmo grupo político que ajudou a eleger o governador Antônio Denarium e agora ele está sendo obrigado a ver a esposa perder o emprego porque ele se recusa a apoiar o atual candidato a prefeito no município que está sendo apoiado pelo governo. E, não foi medida a palavra não, foi dito desta forma, que havia uma determinação do governador Antônio Denarium de exonerar a esposa dele, a não ser que ele voltasse atrás na decisão de apoiar a candidata Marlene para apoiar o Edinho.

Isso não é abuso de poder político? Só eu que enxergo isso? Até quando os órgãos de controle irão silenciar? Política não pode ser feita dessa forma, fica desproporcional, antidemocrático, como as pessoas vão disputar se elas estão sendo perseguidas? Perseguidas na Saúde, perseguidas na Segurança Pública, perseguidas nos seus cargos porque elas não podem nem mais trabalhar se elas tiverem a opinião diferente da do governo.

Eu acho que o governador tem errado em não enxergar o risco disso para o estado de Roraima, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Penal, a Secretaria de Justiça são órgãos de governo, nós precisamos de polícia de estado e não de polícia de governo, mas ele confunde isso. Eu participei, uma vez, de uma formatura dos delegados, algo particular onde ele discursou, e ele falou claramente para os novos delegados: "Façam política de governo, divulguem os atos do governo". Tem que ser feito política de estado, o delegado que passou no concurso, governador, passou por mérito próprio, não foi o senhor que deu emprego para eles não! Os policiais militares concursados passaram por mérito próprio, não devem nada ao senhor não. É por isso, que eu vejo uma dificuldade muito grande de o governo querer preencher o cadastro de reserva, de cumprir com a obrigação legal de fazer progressão, de fazer reposição salarial, e ele fica se vangloriando dizendo que paga salário em dia. É obrigação pagar salário em dia! Ele fica reclamando que os Poderes recebem o duodécimo, mas é constitucional.

Nós não podemos, presidente, aceitar essa conduta no Governo do Estado. Seja do lado que for, nós, deputados, independentes de sermos base ou oposição não podemos aceitar isso, até mesmo porque deputados da base estão sendo atacados nas suas bases eleitorais por atos do governo! O que é isso? Perdeu a noção do ato democrático? Não há mais democracia aqui no estado de Roraima? E, eu quero fazer um apelo ao Tribunal Superior Eleitoral: coloquem em pauta, julguem esse processo, vamos deixar julgar! Se o Tribunal Superior Eleitoral entender que todos esses crimes praticados pelo governador não necessitam de cassação, o estado continua e legaliza o crime no estado, vira comum e todos podem cometer os mesmos crimes, no país, na realidade, porque vai mudar a jurisprudência nacional, caso venha uma decisão de não cassar o governador Antônio Denarium.

Mas que medo é esse governador? Por que o senhor não deixa que o TSE faça o seu papel? Pare de perseguir quem não está do seu lado, vai atrás do teu voto! Agora, utilizar viaturas da Polícia Militar, utilizar um secretário de uma secretaria esvaziada que só serve como cabide de político, cabide de emprego! Eu falei nesta tribuna quando quiseram criar essa secretaria! É um absurdo dizer que não tem orçamento para pagar reposição anual dos servidores, mas criaram uma secretaria que não serve para nada! E, presidente, está na hora de solicitarmos um relatório de informações da atividade, do que houve de produção dessa Secretaria da Cidade, fora ser cabide de emprego político.

Eu, sinceramente, não consigo mais ver uma solução de médio e curto prazo para acabarem com esses abusos se não for a pauta do Tribunal Superior Eleitoral. É isso que todos querem, eu acredito que até quem apoia o governador quer isso, para acabar de vez com esse problema! Ou ele é absolvido ou ele é cassado, o que não dá é para a gente ver, de forma recorrente, é essa prática criminosa de utilização da máquina pública a favor do Governo do Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Obrigado, presidente. Deputado Jorge Everton, eu quero, antes de tudo, parabenizar o amigo pela eloquência, pela forma sempre muito dedicada como tem trazido seu posicionamento aqui na Assembleia, é muito importante nós termos a oposição cumprindo o seu papel, apontando os erros e equívocos porque ninguém consegue acertar em tudo e isso precisa ser respeitado.

O meu ponto aqui, especificamente, é com relação ao município de Mucajaí, porque estive lá ontem à noite, presidente Sampaio, e pude ver na fisionomia das pessoas o sentimento e a vontade de que as coisas mudem naquele município, porque sem fazer aqui juízo de valor, em relação a servidor público, a policial da nossa briosa PMC, se aconteceu alguma coisa ali equivocada ou não, isso daí não quero fazer esse tipo de juízo aqui no momento. Mas, o que eu tenho visto lá, na realidade, é o sentimento das pessoas em relação ao mesmo grupo político que está lá há mais de 30 anos e as ruas todas de Mucajaí estarem esburacadas, várias obras inacabadas e eles vão ao lado, no município de Iracema, que Vossa Excelência citou muito bem, que tem um grande prefeito, nosso prefeito Jairo, e as ruas 100% asfaltadas, as coisas funcionando, programas sociais atendendo as pessoas, atendendo a comunidade, fazendo um trabalho enorme! Um município que nasceu de Mucajaí, que era uma vila de Mucajaí, e nossa Mucajaí é um buraco só. Então, eu vi lá dezenas de pessoas, está lá nas minhas redes sociais, tirando fotos e dizendo: "Olhem as ruas em que nós estamos fazendo caminhada hoje, aqui em Mucajaí".

Então, me parece meu querido amigo, deputado Jorge Everton, meu irmão, que é um sentimento coletivo em Mucajaí o que a gente tem presenciado lá. Eu queria apenas fazer esse pequeno aparte, mas colocando de forma muito respeitosa, Vossa Excelência sabe a amizade que nós temos e o quanto eu respeito o seu grande trabalho aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** continua – Obrigado, deputado Marcos Jorge, mas é justamente isso que eu defendo, deputado Marcos Jorge, Vossa Excelência me conhece, eu defendo a democracia, para que o povo tenha o direito de escolha, para que as pessoas possam se indignar com a atuação do prefeito(a), de qualquer município, e ter a oportunidade de forma democrática, de votar com igualdade de condições. O que nós não podemos aceitar, eu acredito que o senhor concorda comigo, é o fato de utilizar a Polícia Militar como se fosse um cabo eleitoral, que está lá tirando foto e fazendo propaganda negativa na campanha eleitoral, usando a máquina pública. Isso se torna desproporcional, como aconteceu em Iracema, que Vossa Excelência falou muito bem, do excelente trabalho que o prefeito Jairo está fazendo naquele município. E, agora, por questão de vaidade política, utiliza a máquina do governo para intimidar, para demitir. E, eu citei só um exemplo, da Mônica que é a esposa do Jala, mas lá me relataram várias ações de perseguição, é nesse sentido que eu estou falando.

Eu não estou defendendo nem o lado A, nem o lado B, eu não estou defendendo o prefeito A, nem o prefeito B, eu estou mostrando posições dos dois lados da moeda onde um, o senhor concorda com a manutenção da prefeitura e o outro o senhor discorda. Mas, é isso que nós temos que ter o direito, de concordar, discordar e botar na urna isso, trazendo de forma democrática, hoje nós estamos numa situação em que um é situação e ou outro é oposição. E amanhã? O que nós não podemos aceitar é o fim do estado democrático de direito no nosso estado! O desrespeito as instituições, isso a gente tem visto quando coloca a inteligência da polícia para fazer monitoramento de deputado, como fizeram comigo, como fizeram com o deputado Rárison Babosa, e como está sendo feito no município de Mucajaí, isso eu não posso aceitar. Eu não posso aceitar que um servidor seja demitido, podem dizer: "há é cargo de livre nomeação'', tudo bem! Mas, a partir do momento que você fundamenta a demissão, você justificou, você vai ter que responder politicamente por isso, judicialmente por isso.

Então, eu tenho uma consciência de que no processo eleitoral cada um vai defender o seu lado, mas que seja em uma igualdade de condições, porque nós temos prestações de contas para fazer e como entra a prestação de contas da utilização de uma viatura e um policial militar com o combustível do estado, em uma campanha eleitoral? Isso é inaceitável.

Mas, muito obrigado pela sua forma de interagir aqui.

Aparte concedido ao Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Jorge Everton, parabéns pela fala, pelo posicionamento e pela sensatez, claro assim como o deputado Marcos Jorge, nós estamos em um período de disputa eleitoral, que faz parte da democracia, é muito saudável e importante esses debates.

Tivemos, inclusive, conversas breves, entre nós, deputados, de não trazer esse debate de quem torce para A e de quem torce para B, quem apoia a oposição, quem apoia a situação. Nós temos um grande entendimento nesse sentido, e está sendo respeitado.

Mas, eu concordo com o deputado Jorge Everton, não vejo Vossa Excelência e nem sei quem Vossa Excelência apoia lá em Mucajaí, não vejo na sua fala um discurso, vejo na sua fala uma preocupação que é de todos nós, de obedecermos às regras estabelecidas por Lei, que é o respeito a liberdade das pessoas fazerem as suas próprias escolhas e votarem naqueles que estendam que é melhor. E a máquina pública não pode ser usada para isso, nem a máquina pública de Mucajaí, nem a do governo, nem de Iracema, de lugar nenhum, as pessoas têm que ter liberdade de votar.

Que cada candidato se apresente com a melhor proposta, com sua melhor estrutura, com seu melhor marketing, que conte a melhor história e que conquiste o eleitor, é isso que nós desejamos para nosso estado, para nosso país, claro que uma vez ou outra as coisas fogem, o sentimento de ganhar, de disputar, ultrapassa certos limites. Mas, cabe a nós, em especial ao poder público, aos chefes de poderes, aos homens públicos de mandatos, estabelecer um limite. E, eu vejo com muita preocupação, deputado Jorge Everton, o uso e abuso da máquina de acharcar as pessoas, para tentar induzir as pessoas a votar.

E, isso não dar certo, não dar certo, é quando você não tem a resposta nas urnas, que a pessoa se rebela e não atende essa pressão, você tem a resposta por parte da Polícia Federal, Justiça Eleitoral, que vai penalizar esse candidato ou candidata que comete esse tipo de crime, tentando acharcar.

Eu tenho visto, tenho evitado trazer essa discussão entre os colegas, mas eu também tenho recebido, não só uma ou duas. E, não só em Mucajaí, mas em vários municípios, pessoas sendo demitidas e exoneradas porque simplesmente não acompanham os candidatos que o governo tem intenção de eleger, não funciona assim. Quero me referir mais uma vez aqui, ao chefe do Poder Executivo, o governador Antônio Denarium, que tome as devidas providências, em especial desse uso e abuso das secretarias das cidades, nesse processo de chantagem, pressão, que ficam acharcando as pessoas para acompanhar o candidato que o governo tem interesse em eleger.

Isso, inclusive, atropelando os antigos aliados do próprio governador Antônio Denarium, é inaceitável, isso aconteceu em Caroebe, Baliza, São Luiz, em Mucajaí, está acontecendo aqui em Boa Vista, está acontecendo na Educação, na SeCidades, está acontecendo em especial na Secretaria de Saúde, que por si só é uma gestão altamente ditatorial, que precisa dar uma atenção na forma que está sendo conduzida a gestão.

Dias atrás, deputado Cláudio Cirurgião, nós ficamos todos de pé, fizemos a devida referência, reconhecimento e a gratidão, para o Dr. Mauro Asato, uma referência de médico, de profissional, para toda sociedade roraimense, em especial aos médicos e acadêmicos de medicina. Qual médico no estado de Roraima, qual enfermeiro, qual técnico de enfermagem, qual paciente não gostaria de ser atendido pelo Dr. Mauro Asato, ser um aluno ou um aprendiz do Dr. Mauro Asato. O Dr. Mauro Asato, é uma referência de profissional, ele está sendo perseguido, deputado Marcelo Cabral, na Secretaria de Saúde, ele e outros profissionais.

Governador Antônio Denarium, você é exclusivamente o responsável pela gestão da Saúde, se você não tem o comando e nem autoridade sobre a secretaria, peça ajuda, mas não deixe essa ditadura, essa forma truculenta continuar na gestão da Saúde, deputado Jorge Everton, nós estamos falando de vidas, de pessoas, de profissionais, pessoas pedindo para serem afastadas, já bateram na porta de vocês deputados pedindo remanejamento para serem lotados na Assembleia, no campo, porque não aguentam mais essa pressão, essa truculência que está ocorrendo na Secretaria de Saúde.

E todos os deputados aqui, eu desafio algum deputado aqui que concorda, que apoia a gestão em especial a permanência da secretária de saúde, a Cecília Smith Lorenzon, que está à frente da pasta, nenhum de vocês concorda. O Tribunal de Contas não concorda, já aplicou multa de 10 mil por dia, 20 mil, 30 mil, 50 mil, chegou a 1 milhão e o governador simplesmente, não sei qual a dependência, deputado Jorge Everton, do governador Antônio Denarium, com essa secretária, porque governador é governador, ninguém manda em governador. Eficiência de gestão não é, estar lá a Saúde estourando todos os tetos, o orçamento que já aprovamos aqui já foi consumido. Em julho já tinha encerrado praticamente o orçamento da Saúde, todo dia o governo tem que suplementar a mais. A satisfação dos servidores é zero. O índice de corrupção é o que não falta, os apadrinhamentos, os conchaves de pessoas próximas, há vários inquéritos na Polícia Federal. A secretária já foi afastada e voltou, na época inclusive, o governador teve a oportunidade de não retornar essa secretária, por ter tantos profissionais de qualidade. Mas, a escolha foi sua, governador, você é o responsável.

Então, me preocupa, deputado Jorge Everton, essa perseguição se instalou no estado de Roraima em relação ao processo eleitoral, mas acima de tudo me preocupa muito mais, eleições a justiça vai apurar, a Polícia Federal vai investigar, vai penalizar, um vai ganhar e outro vai perder. Agora a saúde, é vida, deputado Cláudio Cirurgião, você que é da Comissão de Saúde sabe que às vezes não temos uma segunda chance, isso vale uma vida de uma criança, de uma mãe, vai ser a vida de um idoso, porque a saúde simplesmente não funciona à revelia. A sensação que eu tenho é que o governador não tem atenção, não tem autoridade sobre a secretária de saúde, essa é a sensação, eu já falei para ele lá atrás.

E volto mais uma vez, em público, trazer essa queixa, tome as providências, o senhor governador é o único e exclusivo responsável pela gestão da Saúde, tudo que está lá e der certo você é responsável; tudo que der errado o senhor é responsável, peço a Deus que isso não custe muito caro para nossa sociedade futuramente, tome as providências, não podemos aceitar em hipótese alguma. Inclusive, eu conclamo esta Casa, para que possamos tomar as devidas providências, porque é isso que a sociedade espera de nós.

Então, deputado Jorge Everton, me somo a Vossa Excelência, não podemos aceitar essa perseguição, deixar o povo votar de acordo com sua consciência, deixa o povo votar e fazer sua escolha de forma democrática, essa é a essência da democracia. Nós estamos regredindo para o tempo do coronelismo, onde ou votava ou é castigado, ou vota ou é perseguido, ou vota ou é expulso da sua base, da sua cidade, perde seu emprego. Não podemos aceitar esse tipo de comportamento em hipótese alguma, deputado Jorge Everton, parabéns pela fala e quero me somar a fala de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** continua – Obrigado, presidente. Só reforçando o que Vossa Excelência falou, eu, em momento algum estou aqui expondo lado A ou B, até mesmo porque existem municípios que eu estou no mesmo palanque que o governo. Mas, eu não posso aceitar que essa prática seja feita em nenhum município, independente se eu apoio ao candidato do governo ou não. Eu acho que a clareza na discussão aqui é até quando vai durar esse abuso de poder econômico e político por parte o governador Antônio Denarium? Eu só vou discordar em uma questão pelo que foi dito pelo presidente. O governador tem conhecimento sim. Ele está sendo omisso. A prova maior, é que semana passada, o presidente trouxe uma denúncia da Femarh e o governador exonerou sumariamente o presidente daquela instituição sem nem aguardar para apurar e aprofundar a investigação e a Secretaria de Saúde já teve até afastamento judicial, busca e apreensão na casa da secretária, ela se quer foi cogitada a sair da pasta, por que será? Porque o governador é conivente, sim. É conivente com as mortes que acorrem na maternidade. Agora, vão inaugurar a maternidade, correndo. Não tem um estetoscópio novo comprado para a maternidade. Estão pegando os móveis do Hospital das Clínicas e levando para a maternidade para fazer a inauguração às pressas, Dr. Cláudio, o senhor conhece mais do que eu a Saúde, mais do que ninguém, o senhor, o Dr. Meton, temos amigos que estão sofrendo numa fila para marcar exame. Que gestão de qualidade é essa?

Então, governador foque os seus esforços em melhorar a saúde pública do nosso estado, e melhorar de forma verdadeira a vida da população e não ficar com propagandazinha enganosa e perseguição política a adversário político.

Concedo aparte ao deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Bom dia a todos. Obrigado pelo aparte, deputado Jorge. O meu aparte vai ser especificamente ao que se refere a questão citada pelo deputado Sampaio em relação a ingerência da pasta da saúde.

Eu sou base do governo, todos sabem disso, apoio o governador Denarium, acho sim que é o melhor governador que nós tivemos na história de Roraima, mas nós temos um problema crônico que vem se perpetuando ao longo dos dias, dos meses, que é justamente essa questão da ingerência e perseguição na pasta da saúde. Todos vocês deputados sendo da base aliada ou não, sabem de todos os problemas diários, das dificuldades que vocês têm com as bases eleitorais, com os pacientes que batem na porta de cada colega em gabinetes, gente de base aliada que já me falou, inclusive, me pediu para marcar uma reunião da Comissão de Saúde hoje, a respeito dessa grande dificuldade que está tendo, deputados Jorge e Sampaio, em relação a marcação de consultas. Hoje, um paciente que mora no interior não consegue mais marcar consulta de maneira ágil, tem que ser submetido a um sistema, nós sabemos que isso é uma imposição do Ministério da Saúde, mas esse sistema não está funcionado da maneira como deveria funcionar e foi citado aqui o nome de uma figura, deputado Jorge, que foi o Dr. Mauro Asato.

Ontem, eu estava na minha rotina de atendimento. Toda segunda-feira eu faço atendimento na clínica e recebi uma enxurrada de mensagens, de enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, alunos da universidade, pacientes que foram tratados pelo Dr. Mauro Asato. Para quem não conhece o Dr. Mauro Asato, ele deixou de ser médico, ele virou uma entidade da medicina em Roraima, por tudo que ele contribuiu no ensino médico nesse estado. Pela ajuda de implantação do Curso de Medicina na Universidade Federal de Roraima. Pela ajuda na implantação do Programa de Residência Médica no estado de Roraima. Quantos pacientes o Dr. Mauro Asato dia e noite, salvou naquela UTI do estado. Ajudou na implantação de todas as UTIS, é um médico que tem uma maestria no tratamento do paciente intensivo, no paciente grave. Ajudou na formação de quase mil médicos aqui no estado, tem relação direta com o Ministério da Saúde e Ministério da Educação para melhorar a qualidade de atendimento no ensino e aí eu recebo ontem uma enxurrada de mensagens mostrando o decreto de demissão do Dr. Mauro Asato, que há mais de duas décadas dedica a vida ao povo de Roraima.

Você nunca viu o Dr. Mauro Asato numa mesa de bar bebendo, só vive dentro do hospital, nem trocar de roupa aquele homem troca, é dentro do hospital 24h salvando a vida das pessoas, é apolítico, não vota em um, não vota em outro, ele trata paciente com uma conduta altamente técnica e de maneira persecutória a Secretaria de Saúde retira o Dr. Mauro Asato do quadro de médicos do estado. E aí começa aquele desespero, vai para cima, vai para baixo, eu ligo para várias pessoas, inclusive, outros deputados devem ter ligado para o governador, para Casa Civil, para todas as pessoas para tentar reverter essa situação e eu acho que isso tomou uma proporção tão grande, inclusive, até elementos do Poder Judiciário devem ter pedido para que o governador revisse essa situação, que a exoneração do Dr. Mauro Asato foi revertida ontem três, quatro horas depois. Ora! Se até uma entidade da medicina está sendo perseguida, quem dirá um coitado de um médico recém-formado há três, quatro anos, que ainda não tem o concurso público, porque o nosso estado já está há muito tempo sem fazer concurso público da saúde. E, eu fui um deputado que ano passado foi o primeiro a pedir concurso público de emergência, para parar com essa palhaçada de seletivo e ficar colocando funcionário público da saúde nas garras de uma gestão ditatorial. Eu já pedi isso para o governador, muitos deputados da base aliada também já pediram isso para o governador.

E, antes de ontem recebi um recadinho, sou da base aliada, já falei para o governador, deputado Rárison, em uma reunião que todos aqui estavam presentes, que se depender do deputado Cláudio ele não vai ser cassado, porque quem tem que tirar o político do mandato, é o povo. Então, se depender do deputado Cláudio ele não ser cassado e dei uma notícia para ele também que se depender do deputado Claúdio o meu presidente vai ser o Sampaio até o final, goste ele ou não goste. E, aí montou-se a Comissão de Impeachment e nós decidimos conjuntamente, eu, a minha prefeita Catarina Guerra 44 e o Jorge Everton que somos do mesmo partido, nós decidimos que eu não iria participar da comissão, que a Catarina não iria participar da comissão e quem iria participar da Comissão do Impeachment indicado pelo Uniao Brasil seria o deputado Jorge, sem nenhum questionamento meu, e sem nenhum questionamento da Catarina. Do dia para noite houve-se uma mudança de estratégia do governo e aí a Catarina se colocou como uma pretensa candidata para poder participar da Comissão de Impeachment. Ora, se antes já havia um acordo intrapartidário dentro do partido de que nem eu, nem a Catarina participaríamos, por que agora mudou?

E queriam que eu voltasse atrás da minha palavra. Só que escolheram o deputado errado para voltar na palavra, que foi o deputado Claúdio, eu não voltei na palavra e eu não vou votar para cassar governado. E, eu também não vou votar para tirar o membro que foi escolhido dentro do partido para participar da Comissão de Impeachment e por essa minha postura, recebi uma ameaça através de um assessor meu de que por eu não ter voltado na palavra, eu iria sofrer as consequências que o deputado Sampaio e o deputado Albuquerque. E, eu iria saber o que era ser oposição ao governo a partir do dia 06 de outubro. Liguei duas vezes para a pessoa para saber se isso era verdade e a pessoa não me atendeu, mas já quero deixar claro e aqui explicitado que se isso for uma ameaça, traga até mim, não traga por recado não e se vocês estão esperando que o deputado Cláudio vai ser base do governo para estar pedindo a benção toda hora para as minhas decisões parlamentares, vocês novamente escolheram uma base errada. E, se estão achando que ser base do governo é ficar fazendo qualquer tipo de ação contra o povo de Roraima por conta de um projeto político de poder, novamente informo que escolheram o deputado errado. Eu estou aqui para apoiar as causas do governo, estou aqui para apoiar as causas do estado, estou aqui para defender a saúde, já denunciei, já falei para o governador, já entreguei relatório de hospital com atraso de obra, de empresa fraudulenta de outro estado que tira emprego de médico aqui no estado para poder fazer escala com falcatrua, com conhecimento de diretores de hospital. Novamente escolheram, o deputado errado, se essa é a intenção do governo, se quiseram me dar o recado, o recado está dado. E, está dado aqui também o meu recado, já que não atendeu o meu telefone, porque eu queria dar o meu recado pessoalmente, eu não gosto de mandar recado. Eu não sou menino de recado, eu assumo uma postura, alguns podem discordar outros podem concordar, mas a minha postura é essa.

Em relação a marcação de consulta, nós já temos agendado logo após a sessão, uma reunião da Comissão de Saúde, já quero convidar todos os deputados não só da comissão, mas todos os deputados que são da base do governo e estão reclamando da saúde do estado. Eu quero que vocês falem também, não deixem só o deputado Dr. Cláudio botar a cara não, todos que estão reclamando da dificuldade de agendamento de consultas.

A maternidade atrasou deputado Jorge? Atrasou, mas eu quero parabenizar aqui um secretário de governo que é eficiente, o nosso secretário Edilson Damião, se não fosse ele essa maternidade não seria entregue essa semana, parabenizo ele, que em nossa primeira visita naquela maternidade, ele mostrou todas as deficiências que ocorreram antes, quando aquela obra não estava sobre a tutela, sobre o comando dele. Ele mostrou para você, deputado Jorge, mostrou para toda a comissão e vem fazendo um trabalho incansável. Portanto, meu governador Antônio Denarium, meu secretário e vice-governador Edilson Damião, elogio onde tem que elogiar. Mas, crítico onde tem que ser criticado, e não vai ser ameaça, ligação que vai resolver, se quiser tratar como homem, sente comigo, nós sentamos e conversamos, pois a minha definição de base é lutar pelo estado, não é lutar por projeto de poder.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** continua– Obrigado, deputado Dr. Cláudio. Também quero fazer uma deferência ao secretário Edilson, nós fizemos a visita a maternidade, onde tinham perdido o recurso para construção da obra e foi necessário que a equipe da Secretaria de Infraestrutura corrigisse esse erro com recurso próprio. E quando eu me refiro que não tem um estetoscópio novo comprado é porque não tem para a maternidade, não tem um processo de compra de móveis para a maternidade, e a Secretaria de Saúde está usando móveis do HC para poder mobiliar a maternidade. Uma obra que poderia ser feita em sua plenitude, trazendo qualidade para a população, uma obra que já está atrasada e não vai atender a necessidade atual.

Mas, para finalizar, eu quero dizer que os órgãos de controle têm que aumentar a sua atenção, principalmente nesse período eleitoral, que independente de lado político que nós defendemos, os abusos eles não podem ser aceitos. Nós não podemos aceitar, independente de que lado você está, a utilização de recurso público, da máquina pública, intimidação de servidores, isso não é aceitável, e nós precisamos de uma definição sobre a questão aqui de Roraima, o Tribunal Superior Eleitoral tem que definir de uma vez por todas se mantém ou se cassa o governador Antônio Denarium, para que nós possamos continuar o estado no seu desenvolvimento. Então, na minha opinião se ele for absolvido, fica claro que todos podem cometer crimes e que segue a vida. Se ele for condenado, fica o recado de que nós temos o império da lei e nós não podemos desrespeitá-lo. Muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum orador inscrito, havendo quórum regimental, passamos à Ordem do Dia. Convido os senhores deputados a tomarem assento ao plenário, para deliberarmos a Ordem do Dia. Vou suspender a sessão por 5 minutos, a informação é que o líder do governo está reunindo a base para uma conversa, e em respeito a liderança do governo, vou suspender por 10 minutos. Mas, queria combinar com os senhores deputados ao retornarmos fazermos a reunião da CCJ, temos matérias a serem deliberadas na CCJ, para que sejam inseridas na Ordem do Dia. Então, eu suspendo a sessão por 10 minutos e retornamos com os trabalhos da CCJ e logo em seguida, nós entramos na Ordem do Dia.

Suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Há quórum senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, vamos dar sequência a Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Mensagem Governamental n. 38/2024, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 104/2023, de autoria do deputado Armando Neto e Renato Silva, que "institui a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua no estado de Roraima e cria o 'Selo Empresa Amiga da População em Situação de Rua' e a Semana Estadual de Combate à Vulnerabilidade Social da População em Situação de Rua e dá outras providências"; Mensagem Governamental n. 39/2024, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 143/2023, de autoria do deputado Isamar

Júnior, que "dispõe sobre diretrizes para a implementação de bibliotecas comunitárias no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências"; Projeto de Lei n. 106/2023, que "obriga as empresas concessionárias e permissionárias no âmbito do estado de Roraima a disponibilizarem pix ou equivalente como meio de pagamento", de autoria do deputado Armando Neto; Projeto de Decreto Legislativo n. 50/2024, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências", de autoria do deputado Renato Silva; Projeto de Decreto Legislativo n. 51/2024, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências", de autoria do deputado Renato Silva ; Requerimento n. 96/2024, de autoria do deputado Dr. Meton ao senhor secretário de fazenda, solicitando a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Projeto de Lei n. 194/2023 e 14/2024, em anexo"; Moção n. 35/2024, de Aplauso "pelo 'Dia do Psicólogo', a ser comemorado no dia 27 de agosto", de autoria do deputado Éder Lourinho; Moção n. 36/2024, de Pesar pelo falecimento da médica Sra. Aline Portela Barros", de autoria do Dr. Meton ; Moção n. 37/2024, de Repúdio à possível promoção funcional dos policiais militares de Roraima suspeitos de cometerem crimes graves, de autoria do deputado Renato Silva .

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da emenda, parecer e voto a Mensagem Governamental n. 38/2024, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 104/2023, de autoria do deputado Armando Neto e Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto a Mensagem Governamental n. 38/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados mantêm o veto; votando "não", rejeitam-no.

Solicito abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Jorge Everton -**Senhor presidente**,** justificativa de voto. Eu voto pela derrubada do veto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para destacar que o veto não prejudica o projeto, apenas é uma questão de constitucionalidade e a liderança do governo encaminha pelo voto "sim" ao veto.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, encaminhamento de voto. Nós debatemos na CCJ, inclusive, uns dos coatores impugnou pela manutenção do veto parcial, por entender e reafirmou o líder do governo que não haverá prejuízo ao projeto de lei, por este motivo, quero encaminhar voto pela manutenção do veto parcial.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Senhor presidente, encaminhamento de voto. Estive a par há pouco sobre o veto parcial do projeto, esse é um projeto de lei de minha autoria junto com o deputado Armando Neto. E, o deputado Armando Neto na própria comissão relatou que esse veto não tem prejuízo ao projeto de lei, assim, derrubando o veto poderia causar uma nulidade em nosso projeto no futuro. Então, pensando nisso, peço aos colegas para manterem o veto.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Em deferência ao pedido do deputado Renato Silva, voto "sim".

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 18 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção, dou por aprovada a Mensagem Governamental n. 38/2024, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 104/2023, de autoria do deputado Armando Neto e Renato Silva.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da ementa, parecer e voto a Mensagem Governamental n. 39/2024, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 143/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida ementa, parecer e voto a Mensagem Governamental n. 39/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados mantêm o veto; votando "não", rejeitam-no.

Solicito abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto "sim", 17 votos "não" e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental n. 39/2024, de veto parcial ao Projeto de Lei n. 143/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 106/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 106/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Quero agradecer a oportunidade senhor presidente, Sodado Sampaio, que tem sempre se posicionado nesta Casa, conduzido os trabalhos com as bençõe de Deus, com a seriedade que compete o nobre deputado, agradecer a presença de todos os pares. Eu vim nessa oportunidade discutir e justificar a legalidade, o benefício desse Projeto de Lei n. 106/2023 que é de minha autoria. E comecei a construir esse Projeto no segundo semestre do ano 2023. O Projeto de Lei que obriga as empresas cessionárias e permissionárias a receber o pagamento em forma Pix. Isso, meu presidente, é mais para transparecer a legalidade e colocar em papel, fazer valer em lei o direito do cidadão, do contribuinte, do usuário do serviço público, dessas empresas privadas, de caráter público, que tem a garantia de fazer seu pagamento através de Pix. Isso vem trazer benefício para a sociedade, pois muitas das vezes cortam a água, corta uma luz. Vamos citar a CAER e a Roraima Energia, que são empresas de nosso convívio do dia a dia e o cidadão às vezes tem que imprimir um boleto, ir até uma agência, tem que ir para a fila de um banco fazer o pagamento para dar baixa no sistema, para gerar uma religação. Então, isso demora tempo, causa desgaste, descaso e acaba trazendo transtorno para o beneficiário do serviço da CAER, da Roraima Energia. E o Pix é de forma imediata, se faz de qualquer lugar e a empresa tem a obrigatoriedade, de imediato, retornar o fornecimento desse serviço.

Então, eu acredito que com a rapidez a população desse estado não vai ter o transtorno e a demora de solucionar o seu problema, e tendo em vista, essa problemática, o deputado Armando colocou no papel, com o intuito de que se transforme num Projeto de Lei importante para a nossa sociedade. Eu agradeço ao relator, agradeço a assessoria jurídica desta Casa por entender que realmente é de grande valia para a sociedade. E com isso, eu quero conclamar aos nossos pares que nos acompanhem na aprovação desse Projeto, pois que ganhará com isso é a sociedade do estado de Roraima. E, nós estamos aqui para fazer o nosso trabalho. Muito obrigado. Eu agradeço a oportunidade.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Presidente, queria apenas parabenizar o deputado Armando Neto. Um excelente Projeto que traz a garantia ao consumidor de adimplência imediata quando faz o pagamento via Pix e desobriga-o de taxas quando você é correntista de um banco, tem que pagar em outro banco, toda aquela burocracia bancária só traz prejuízos para a população. Através do presente projeto de lei temos a garantia de que através do Pix, que é uma ferramenta que todo mundo hoje conhece e se popularizou, por ser uma coisa fácil, terá ali como pagar todos os meses as suas contas, através das permissionárias e concessionárias. E ainda, quando nos casos de religação, como disse aqui o deputado autor da matéria, teria a garantia de que cai na conta de imediato em questão de meia hora já acusa nos sistemas, não precisa aguardar o dia seguinte ou qualquer tipo de compensação para o retorno do fornecimento, quer seja de água, quer seja de energia ou qualquer outra situação. Portanto, quero parabenizar e dizer que nosso voto será favorável a matéria.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta pelo voto "sim", senhor presidente.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – O Podemos, o partido que mais cresce no Brasil, inclusive no estado de Roraima orienta "sim".

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 16 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 106/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

Projeto de Lei n. 124/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião. E tem uma emenda de Plenário, mas será designado novamente para a CCJ para fazer o acolhimento ou não da emenda ora apresentada. Então, retiro-o da Ordem do Dia.

Projeto de Lei n. 209/2023, de autoria do deputado Chico Mozart, como ele não se encontra presente, transfiro para a sessão seguinte.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 050/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 050/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 050/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 051/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 051/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto, coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 051/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

Projeto de Decreto Legislativo n. 068/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio. Houve um pedido de vista. Sendo assim, não está apto para ser votado em Plenário. Transfiro para a sessão seguinte.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 096/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n. 096/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto, coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 096/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da Moção n. 035/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a Moção n. 035/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção n. 035/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho.

Solicito ao senhor-primeiro secretário que proceda à leitura da Moção n. 036/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a Moção n. 036/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção n. 036/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

Temos uma proposta de Moção n. 037/2024, que foi solicitado pelo deputado Renato Silva para incluir na Ordem do Dia. Acato e incluo o requerimento do deputado Renato Silva na Ordem do Dia.

Solicito ao senhor-primeiro secretário que proceda à leitura da Moção n. 037/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a Moção n. 037/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da matéria, coloco-a em discussão.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Para discutir senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir o deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, tem sido publicado em todas as notícias que esses policiais militares envolvidos em assassinato, em crime de lesão corporal grave, em racismo e ameaça, vão ser promovidos pela Polícia Militar. Eu estou buscando uma medida judicial para proibir que aconteça esse absurdo. E, recentemente foi noticiário em todo o Brasil, o Capitão Elton, tem áudio gravado, barulhos de tiros, participou do assassinato de um casal dentro de uma terra, é público e tem fatos comprovando que ele é participante. Tanto que está preso e mesmo sabendo que ele participou desse assassinato estão querendo promover o capitão Elton.

Nós, nesta Casa, não podemos aceitar e temos que acabar com o estão querendo fazer com a Polícia Militar, uma polícia séria, responsável e que nunca teve escândalo de corrupção. Eu sempre citei que a Polícia Militar de Roraima é a Polícia Militar mais séria do Brasil, mas infelizmente, têm alguns policiais que estão sujando o nome da Polícia Militar e ainda vão ganhar como prêmio uma promoção? É envolvido em um assassinato e será promovido? O outro agrediu a esposa grávida e será promovido? Nós não podemos aceitar, esta Casa não pode aceitar. Essa é uma proposta de Moção de Repúdio a essa promoção. A Polícia Militar não pode fazer essa promoção, e irei judicializar para derrubá-la. Obrigado, Presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discussão da matéria, o deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Obrigado por me permitir colaborar com parte da sua fala, deputado Renato.

Nós estamos como fiscais da lei e do erário público, desempenhando o nosso papel. O Deputado Renato foi muito sábio, estou com você deputado Renato e se for para judicializar, sinto-me não ter tido a oportunidade de estar junto com você nessa moção, mas se for necessário judicializar nós temos que moralizar. É a nossa obrigação moralizar, seja a Polícia Militar, Bombeiro ou qualquer profissional do segmento da administração pública, que tiver a obrigação de fazer como servidor público. É uma questão de respeito e moral.

Nós temos bons policiais, a Polícia Militar de Roraima tem desempenhado o seu papel à altura da satisfação da sociedade. Nós sabemos do empenho e do comprometimento, do zelo que a Polícia Militar tem, entretanto, um ou outro acabam manchando a instituição. Não podemos aceitar, deputado Renato, o senhor está certo e estarei junto a você para essa situação e qualquer outra que vier de encontro com interesse da sociedade. Contem comigo, o deputado Renato está certo, estou somando forças com o deputado Renato, nós não podemos como estado reconhecer esse tipo de pessoa que deve à nossa sociedade, de uma forma desrespeitosa.

Têm muitos policiais que desempenham um bom papel, mas muitas das vezes ficam atrás de um sistema de inteligência, de cabine de monitoramento ou outra atribuição que às vezes deixamos passar despercebido. E o trabalho e o empenho dele é de grande avalia para a segurança desse estado e deixamos passar batido.

Agora quando é visível, deputado Jorge, o senhor que também é da segurança desse estado sabe do que eu estou falando. Nós temos a obrigação de inibir toda e qualquer problemática que vier de interesse desta sociedade. A Polícia Militar, Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e as forças de segurança desse estado têm desempenhado o papel de uma forma honrosa, mas também nós temos que separar o joio do trigo. Quem não tem direito a merecimento não tem que ter merecimento, essa é a grande realidade. Porque no final de tudo, todos nós somos pagos com o dinheiro público, do contribuinte, do patrão da sociedade do estado de Roraima. Então, essa é minha obrigação como deputado, somar força junto ao deputado Renato Silva. Fazer o meu trabalho e contribuir com o desenvolvimento do nosso estado, porque foi para isso que eu fui eleito. E sou cidadão deste estado, muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Também gostaria de deixar a minha contribuição, deputado Renato Silva, em favor da nossa Polícia Militar. Eu fui policial militar por quase 10 anos, exercendo a função de soldado e tenho uma relação de amizade, carinho e uma projeção política dentro da Polícia Militar, deputado Rárison. Com muito orgulho e muita satisfação a Polícia Militar é formada por homens e mulheres comprometidos com a segurança pública, com o bem-estar e com esse estado, eu não tenho dúvidas. Concordo com Vossa Excelência, deputado Armando Neto, a Polícia Militar de Roraima é a mais bem preparada, bem qualificada, séria e mais honesta dentre as demais do Brasil. Precisamos manter esse troféu no pódio com mais compromisso. Ninguém tem o direito de tirar isso de nós. É uma conquista feita por todos esses homens e mulheres que compõem a Polícia Militar, desde a guarda territorial, os policiais do ex-território e agora a grande maioria dos policiais do quadro do estado.

Temos desvios de condutas, de um ou outro que deve ser apurado, penalizado de acordo com o rigor da lei. É assim que nós queremos separar de fato os critérios de promoções da Polícia Militar, que estão estabelecidas em leis com muita transparência e precisa ser obedecido, deputado Renato. Inclusive, policiais que estão sub judice ou é o caso dos nomes que Vossa Excelência citou agora há pouco. Pode ser que eles façam parte do quadro de acesso, mas quem define o critério por merecimento para a promoção é o comandante da Polícia Militar, no caso de praça e oficial, é o governador. Gostaria de acreditar que em nenhum momento passou pela cabeça do governador fazer a promoção desses policiais que estão sob investigação, espero que não tenha ocorrido em hipótese alguma.

Deixo claro que ao colocar no quadro de acesso, não quer dizer que será promovido, mas temos visto cada movimento equivocado por parte do governo que não é de se estranhar que teve essa possibilidade desses dois oficiais serem promovidos. Inclusive, deputado Jorge, foi especulado nesses últimos dias que a promoção dos nossos policiais militares seria em agosto.

Aquilo que foi acordado, defendido por mim e pelo deputado Chagas em dezembro do ano passado. Nós fizemos esse movimento forte para que houvesse a redução do interstício para efetivar as promoções. Naquela época o governador nos chamou e demonstrou que não teriam as condições reais de fazer por problemas com despesa de pessoal. Adiamos para abril e quando chegou no mês, o discurso foi o mesmo. Mostrou dados de que não era possível fazer redução do interstício, em virtude de estourar o limite de pessoal. Mesmo nós demonstrando matematicamente que não gerariam despesas financeira e econômica, que não teriam despesas à redução do interstício, em meados de abril como foi acordado e prometido. Infelizmente, o governador tomou o posicionamento de não fazer a redução e não houve as promoções devidas. Foi adiado para julho, a expectativa dos nossos amigos policiais, praças e oficiais. E que essa promoção ocorresse agora em julho, mais do que merecida. A forma que foi realizado o processo que tem toda uma regra, deputado Odilon. Tem que ter uma junta médica para fazer a inspeção, uma comissão especial para analisar quem são os policiais que têm o devido mérito e as condições. Infelizmente foi feito a toque de caixa e provocando naturalmente o Ministério Público que fez um manifesto, uma recomendação. E o comando da PM, por entender que de fato, que não houve o devido comprimento do que está estabelecido em norma, preferiu recuar juntamente com o governador. Prejudicando mais uma vez, uma enorme quantidade de policiais que têm direito a promoção. Naturalmente, pessoas do governo em vez de justificar esse movimento equivocado a toque de caixa, sem o devido planejamento, começam a responsabilizar e buscar culpados. E aí, começou a onda de *fake news* e especulações dizendo que o Soldado Sampaio era contra e que tinha judicializado.

Meus senhores, eu passei a vida toda enquanto soldado, presidente da associação e hoje como deputado defendendo a nossa Polícia Militar. São homens e mulheres compromissados com esse estado. Como é eu iria me movimentar contra a promoção de qualquer colega, inclusive, amigos que seriam promovidos agora em julho?

Gostaria de desmistificar de uma vez por todas, que eu sou favorável a redução do interstício, a promoção e defendo a nossa Polícia Militar. Estou cobrando há muito tempo o envio para esta Casa, deputado Rárison, do novo plano de carreira para os policiais militares.

Hoje, nós somos a polícia menos remunerada do Brasil. Já chegamos a ocupar o oitavo lugar, o nono e o décimo quarto. E hoje, a Polícia Militar de Roraima tem um dos menores salários do Brasil, se comparar com as demais polícias, inclusive, os estados com condições bem mais difíceis que Roraima, pagam melhor.

Essa proposta nós levamos ao governador, não foi construído uma comissão e não houve nenhuma resposta por parte do Governo do Estado, que está "barrigando" os policiais bombeiros e militares. Não é de se estranhar que a qualquer momento seja deflagrado um novo movimento e paralisação dos policiais e bombeiros militares na defesa da sua tabela salarial, que é um direito justo, merecido, isso envolvendo do soldado ao coronel. Nós temos hoje um salário de coronel da Polícia Militar do estado que é o menor dentre os demais coronéis das polícias do Brasil, algo em torno de 19 mil reais, enquanto em outros estados um coronel ganha o equivalente a um delegado entre 34 mil reais à 39 mil reais. Aqui o coronel da Polícia Militar continua ganhando 19 mil reais e um soldado um pouco mais de 4 mil reais. Então, quero deixar isso claro, deputado Renato, da defesa da nossa Polícia Militar, em especial dos homens e mulheres que compõem a nossa Polícia Militar, reafirmando o nosso compromisso.

Inclusive, o governador sabe disso que um dos motivos do meu rompimento com o governador foi exatamente essa falta de valorização, estávamos lá: eu, o coronel Miramilton, que na época praticamente implorou ao governador que fizesse a redução do interstício e não o fez, alegou que teria impacto. Nós fizemos todo um cálculo mostramos que não teria um centavo de impacto, mesmo assim, o governador botou o dedo e não fez a promoção. Então, da noite para o dia, em menos de uma semana ele resolve fazer todos os atos com o comandante que era previsto em fazer no mínimo em um mês ou 40 dias, publicidade, junta médica, a comissão para analisar, foi feito a toque de caixa. Despertando, naturalmente, a atenção do Ministério Público que fez uma recomendação. A prova que o governador e o comandante recuaram e acataram a recomendação do Ministério Público, pois este estava correto na forma, não que o MP seja contra a Polícia Militar, mas a forma que foi feita, aliás, o governador e o governo vêm errando muito na forma de conduzir este estado seja na saúde, seja na segurança, seja no setor primário, na questão ambiental como foi falado agora há pouco. Então, infelizmente, essa é uma realidade. Quero me somar, deputado Renato, a fala de Vossa Excelência assim como também do deputado Armando Neto, esclarecer mais uma vez, o Soldado Sampaio não prejudica a Polícia Militar, Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, o Sampaio é um trabalhador eleito a deputado com apoio de nossa categoria e estou aqui para defender homens e mulheres que compõem a nossa segurança pública. Este é meu posicionamento desde o primeiro dia que ingressei na polícia, desde o primeiro dia que me voluntariei para ser representante da categoria. Continua em discussão a matéria, deputado Rárison para discutir.

O Senhor Deputado **Rárison Barbosa** – Parabenizo, inicialmente, o deputado Renato por essa postura, realmente a sociedade está observando é inadmissível que se faça promoção de policiais que não merecem ter essa promoção. Dizer também que ao longo dessa última semana, nós recebemos muitas ligações de alguns militares que se mostraram preocupados em relação a essas promoções que vieram, como dito pelo presidente, em hora inesperada e muito rápida. O que esperamos e pedimos do nosso governo é que ele possa atender os pré-requisitos, deputado Renato, para promoção dos policiais militares que têm que ser atendido que é: o merecimento, antiguidade, os policiais que realmente estão ali na relação esperando a sua vez, muitos há muito tempo. Então, é necessário e nós pedimos ao governador Antônio Denarium, que possa ser justo nessas promoções e atender os policiais que realmente merecem essa promoção e dá o direito para cada um deles poderem ascender na profissão.

O deputado Rárison como presidente da Comissão de Segurança Pública e Sistema Prisional também está atento a essas questões, nós estamos conversando tanto com o comandante-geral da Polícia Militar, o comandante dos bombeiros militares, a delegada-geral da Polícia Civil, o secretário da Sejuc para que as forças policiais do nosso estado, a segurança pública na totalidade possa ter a sua valorização e possa, como nós falamos aqui, ter o direito de ascender não só as forças militares, mas as forças civis também. Nós temos a Polícia Penal que tem o retroativo, presidente, que era para ter recebido, infelizmente, não aconteceu ainda, mas estamos acompanhando. Nós temos cargos vagos dentro da Polícia Penal que ainda não foram preenchidos, mas nós temos uma comissão que está trabalhando neste sentido, então tudo isso é um trabalho da Assembleia Legislativa onde temos nos juntado para dar o direito daqueles que tem o direito de serem promovidos, de receberem as suas progressões e promoções. Então, era isso que eu queria deixar aqui para contribuir ao belíssimo trabalho do deputado Renato Silva, em relação à segurança pública e dizer ao deputado que nós estamos juntos naquilo que for certo, naquilo que for correto para a promoção e progressão dos nossos policiais da segurança pública, obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção n. 37/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

Antes de passarmos para o Expediente de Explicações Pessoais, quero anunciar o Ato da Presidência n. 022/2024, que "cria a Comissão Especial para analisar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n. 03/2024", composta pela deputada Aurelina Medeiros, e pelos deputados: Soldado Sampaio, Dr. Meton, Dr. Cláudio Cirurgião, Coronel Chagas, Odilon, Neto Loureiro e Armando Neto.

Dado ciência à comissão que analisará a PEC n. 03/2024.

Passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais. Para fazer o uso da palavra, deputado Lucas Souza.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Quero reforçar a importância do "Setembro Amarelo" que nós estamos entrando agora, para relembrar de fato da importância do combate ao suicídio. Aqui em Roraima nós temos um dado triste, nos últimos 10 anos houve um aumento da taxa de jovens que já cometeram suicídio, isso é um fato, publicado na Folha de Boa Vista. Dizer que, em contrapartida a isso, eu protocolei um projeto de lei que hoje é uma lei estadual, a Lei n. 1936/2024, que institui a educação socioemocional nas escolas, é um projeto que já acontece e nós estamos integrando o desenvolvimento emocional do aluno ao seu currículo escolar, como uma medida assertiva para combatermos essa alta incidência de suicídio de Roraima.

Dizer do Projeto "Empoderar-se" que é um projeto que acontecesse através das minhas emendas parlamentares e, é voltado para a saúde emocional dos jovens, através desse projeto atingimos mais de 6 mil jovens no ano de 2024.

E, eu quero poder reforçar e dar parabéns às secretarias da cidade, aos servidores, ao secretário Édecio, que é um servidor de excelência, uma secretaria de excelência, onde nós acompanhamos a articulação que a Secretaria Estadual das Cidades (SeCidades), faz junto às associações de bairro, às comunidades, às federações, a capacitação que faz junto aos municípios. Então, eu como parlamentar, não posso deixar de reconhecer o brilhante trabalho de uma secretaria que é feita de servidores dedicados ao serviço público, estão diariamente na rua trabalhando por melhores políticas públicas para Roraima. Obrigado, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua o Expediente de Explicações Pessoais. Também quero me somar ao deputado Lucas, já fiz essa fala inicialmente, na abertura da sessão, da importância dessa campanha organizada em todo mundo, não é só em Roraima ou no Brasil, é uma realidade mundial. O alto índice de suicídio no nosso mundo, no Brasil, em Roraima, como disse Vossa Excelência. Queremos conclamar esta Casa, aos servidores, aos deputados e deputadas, a sociedade roraimense, em especial, uma fala direcionada aos pais e mães, para que possamos estar atentos ao comportamento dos nossos filhos e filhas, em especial aos nossos adolescentes.

Esse mundo globalizado de consumismo, jovens que se sentem alheios, se sentem de fora dessa grande realidade em um ambiente fantasioso promovido pelas redes sociais, pelas propagandas muito bem elaboradas incentivando o consumismo. Os nossos jovens às vezes perdem o sentido da vida, acha que ser feliz é ter um tênis de marca, é ter uma moto de qualidade e se desloca do seio da família e começa a viver um outro mundo e aí esse mundo não se materializa. E, ocorre, deputada Angela, que esses jovens se sentem isolados e muitas vezes entra em depressão e passa por um processo de encontrar no suicídio a única alternativa, ninguém quer morrer porque gosta, às vezes é a única alternativa que aquela pessoa encontra para tentar sair daquela dor, daquele sofrimento. Então, quero pedir atenção, já determinei a esta Casa para tomar todas as medidas em especial o nosso órgão de comunicação da TV Assembleia, Rádio Assembleia e nossas redes sociais, o nosso o departamento de RH desta Casa possa fazer campanha durante todo esse mês de setembro e durante todo o ano. Mas, em especial essa fala direcionada à sociedade, quando identificar um jovem com problema de depressão, com algum desvio na saúde mental, busque e peça ajuda o quanto antes de um profissional, busque ajuda com a avó, com o tio mais experiente, leve na igreja, têm várias opções que podemos oferecer ajuda a esse jovem, ou a esse adulto também que às vezes acomete muito pessoas adultas esse estado de depressão. E, as pessoas terminam cometendo suicídio e um fim trágico para a vida de pessoas que tem toda uma vida pela frente e uma oportunidade de ser feliz, porém termina optando por esse caminhão que é doído e dolorido vermos um jovem cometendo suicídio ou um adulto seja qual for a idade. Então, é nesse sentido que eu quero conclamar mais uma vez aos deputados, aos servidores desta Casa, a sociedade que fiquemos atentos e possamos dar uma maior publicidade a essa campanha do "Setembro Amarelo".

Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Para corroborar com a sua fala, presidente, tem uma atividade que nós precisamos que o Poder Público de todas as esferas compreenda e aja no sentido de dar as condições para que ações voltadas para o esporte contemplem crianças, adolescentes e jovens do nosso país e do nosso estado. Precisamos combater e fazer a prevenção, mas não só com propaganda, não só com palestra, mas sobretudo com ações e o esporte é uma ferramenta maravilhosa para que a gente possa estimular os jovens a boa prática da saúde, a sociabilizar com os colegas, e gastar energia e conviver com os professores que vão ali reforçar os valores e mostrar a importância do que realmente importa. É o reforço para que esse jovem, essa criança e esse adolescente se dediquem ao estudo e aprenda a viver as suas fases. Hoje, as crianças e os adolescentes eles já querem pular de fase, eles já querem trabalhar, eles já querem ter dinheiro no bolso é o que o senhor falou: existe um apelo de consumo desenfreado que geram um incômodo, uma ansiedade nas crianças e nos adolescentes pelo ter. Eu acredito que a única alternativa é via esporte, então que a gente possa fazer essa luta também de incentivo as opções de esporte para crianças e adolescentes. Obrigada presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** –Não havendo mais ninguém que queria fazer uso do expediente de Explicações Pessoais, às treze horas e dezesseis minutos, dou por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia dez de setembro, à hora regimental. Quero agradecer a todos os deputados e deputadas que participaram da sessão, aos servidores desta Casa que nos assessoraram durante toda esta manhã e aqueles que acompanharam a sessão através das nossas redes sociais, TV Assembleia, Rádio Assembleia. Muito obrigado e boa tarde a todos.

Registraram presença no painel os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela A. Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Éder Lourinho, Gabriel Picanço, Joilma Teodora, Jorge Everton, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rárison Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL DO EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº **003/2024**
CONTRATO Nº **029/2024**
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 002/2024.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10, PARA ATENDER A DEMANDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA – ALE/RR, NA CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO DE RORAIMA.**
CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA – ALE/RR**
CNPJ Nº **34.808.220/0001-68**
CONTRATADA: **AUTO POSTO ABEL GALINHA LTDA**
CNPJ Nº **00.376.437/0001-24**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e Resolução Legislativa nº 001/2024 – ALE/RR.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01.101.01.031.0001.2011 / 1500 / 0000 / 33.90.30-01**
DATA DA ASSINATURA: **12/09/2024**
VIGÊNCIA: **12/09/2024 ATÉ 12/09/2025**
VALOR TOTAL DO CONTRATO: **R$ 1.684.200,00 (Um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil e duzentos reais)**
PELA CONTRATANTE: **ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS**
PELA CONTRATADA: **RAFAEL AVELINO MESQUITA**

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 5548/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a) AURENICE MAGALHAES BEZERRA, matrícula: 26240, no período de 16/09/2024 a 05/10/2024, referente ao exercício de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 5549/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a) CECILIA MARIA MOSLER, matrícula: 21928, no período de 16/09/2024 a 15/10/2024, referente ao exercício de 2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 5550/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANNA BEATRIZ DO NASCIMENTO PEREIRA, matrícula: 33033, CPF: *.648.212-**** do Cargo Comissionado em Gabinete de FSR-1 Assessor Parlamentar Regional**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 038/2021 de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição nº 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 31 de agosto de 2024.

Boa Vista, 16 de setembro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362